

PARECER DA COMISSÃO

Interessado: PAULO SÉRGIO MORAES SARMENTO PINHEIRO
Assunto: CONCESSÃO DE TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA

Por iniciativa do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, é proposta a concessão do Título de Professor Emérito ao Professor Doutor Paulo Sérgio Pinheiro.

Esta Comissão, tendo examinado as informações e documentação constantes deste processo, vem manifestar sua convicta concordância com a proposta formulada, cujas razões explicitaremos a seguir.

Paulo Sérgio Pinheiro nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 08 de janeiro de 1944. Educado em ambiente rígido e disciplinado, desde cedo foi sendo preparado para a carreira diplomática. Gradou-se inicialmente em Direito, na Pontifícia Universidade Católica. Influenciado por um de seus professores, Cândido José Francisco Mendes de Almeida, reconhecido jurista no campo do Direito de Estado, revelou interesse em inclinar seus estudos para o campo das Ciências Sociais, em particular da Ciência Política.

Após a graduação, em 1967 migrou para Paris a fim de realizar estudos de pós-graduação no prestigiado *Institut d'Études Politiques* da *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, o famoso *Sciences Po*. Em 1971, concluídos esses estudos, defendeu, em 1971, sua tese “La Fin de la Première République au Brésil: crise politique et révolution, 1920-1930”, defendida sob orientação de Serge Hurting, junto à *Université Paris I Panthéon-Sorbonne*. Não bastasse sua formação nas fronteiras entre a Ciência Política e a História, Paulo Sérgio Pinheiro ainda concluiu o curso de Sociologia, na Universidade de Vincennes, formação que viria solidificar sua longa trajetória acadêmica e intelectual.

Em seu retorno ao Brasil, aos 27 anos ingressa no quadro docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), no qual viria desenvolver destacadas atividades de docência, pesquisa, formação de pesquisadores, divulgação de conhecimento e construção institucional. Associado a outros colegas, tais como os saudosos Profs. Michel Debrun e Fausto Castilho e com estreita identidade intelectual com o historiador Michel Hall, Paulo Sérgio Pinheiro teve essencial participação na criação do Arquivo Edgard Leunroth (AEL), indiscutivelmente um dos maiores acervos internacionais sobre a história social do Brasil e presentemente configurado como Centro de Pesquisa e Documentação Social. É indiscutível a importância do Arquivo não apenas para o

crescimento e avanço da pesquisa histórica e historiográfica, porém sobretudo por ter estimulado novas hipóteses e interpretações a respeito da formação social brasileira, colocando a originalidade e inovação no campo das humanidades com repercussão internacional.

Sob sua iniciativa, foram também realizados eventos internacionais que colocaram a jovem, à época, nascente UNICAMP nesse campo do conhecimento científico. Em especial, convém mencionar a primeira dessas iniciativas – *A Conferência sobre História e Ciências Sociais*, em maio de 1975, que contou com a participação de reconhecidos intelectuais do Brasil e do exterior, entre os quais Eric Hobsbawm, Arno Mayer, Juan Linz, Guillermo O’Donnel, Keneth Erickson, Maria Sylvia de Carvalho Franco, cujas contribuições foram reunidas em dois volumes organizados por Paulo Sérgio Pinheiro: *Estado Autoritário e Movimentos Populares* (1979) e *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade* (1984). Seguiram-se outros, entre os quais o Seminário, que igualmente reuniu prestigiados pesquisadores internacionais e nacionais, e do qual resultou o volume *Crime, Violência e Poder* (São Paulo: Brasiliense, 1983), um marco nas origens institucionais do campo da história e sociologia da violência no Brasil que ganharia posteriormente densidade em todo o país, e financiamento de agências nacionais (FAPESP, CNPq, CAPES) e internacionais (Fundação FORD).

Além da organização de eventos e de coletâneas, Paulo Sérgio Pinheiro coordenou ainda na UNICAMP, entre 1976-1977 o Projeto de âmbito nacional *Imagens e Origens da Industrialização no Brasil*, que reuniu fontes diversas bem como pesquisadores de distintas instituições com o propósito de ampliar e enriquecer as raízes e origens da industrialização e da classe trabalhadora no Brasil. Tratou-se de projeto cuja importância foi reconhecida por agências de apoio inclusive financeiro como a Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, à época presidida por Severo Gomes de quem, posteriormente, se tornaria parceiro na criação da Comissão Teotônio Vilela.

Lecionou durante quinze anos na UNICAMP, quando, a partir de 1981, ingressou no quadro docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), dando continuidade às suas iniciativas intelectuais e sobretudo no campo dos Direitos Humanos. Neste domínio, Paulo Sérgio Pinheiro, junto com outros colegas e ativistas, vem atuando tanto para fixar problemas relacionados às graves violações de Direitos Humanos como problemas de investigação no campo das ciências sociais e das

ciências sociais aplicadas como também para incluir tais questões na agenda política tanto da sociedade civil organizada quanto do Estado.

Paulo Sérgio Pinheiro contribuiu para fixar alguns entendimentos a respeito: (a) a indivisibilidade dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, entendendo-se que o núcleo central dessa indivisibilidade é a defesa incontestável da vida de quem quer que seja, independentemente de suas clivagens de classe, poder ou hierarquia, assim como das liberdades civis e públicas; (b) as responsabilidades do Estado na ocorrência sistemática de graves violações de direitos humanos, seja por omissão no cumprimento de suas obrigações constitucionais seja pela ação violenta e arbitrária de seus agentes investidos do poder coercitivo; (c) o papel decisivo dos movimentos sociais e das organizações de defesa dos direitos humanos como agentes de pressão e de responsabilização dos autores de graves violações de direitos humanos; (d) as conexões entre teoria e prática dos direitos humanos.

Sua trajetória intelectual e de militante político é exemplo elucidativo dessas conexões. Sua obra intelectual e suas ações políticas demonstram justamente as conexões entre direitos humanos e regimes democráticos. A proteção e preservação de direitos humanos sob uma perspectiva ao mesmo tempo universal e de respeito às diversidades constituem os alicerces de regimes democráticos. Por sua vez, nenhuma democracia consolidada prescinde ou prescindiu de uma enraizada cultura de valorização dos direitos humanos. Não sem motivos, junto com Guillermo O'Donnell, desenvolveu um conceito inovador para compreender a persistência de graves violações de direitos humanos no Brasil como um dos mais poderosos desafios à consolidação da democracia brasileira: o conceito de *autoritarismo socialmente implantado*. Ao contrário de certas linhas de interpretação dominante na sociologia política brasileira, o autoritarismo não é apenas um fenômeno de Estados autoritários e sob regimes de exceção. É um fenômeno enraizado na cultura que estabelece nexos entre condições objetivas de vida e subjetividades.

Todas as ações nesse campo vêm se caracterizando por flagrante coerência, das quais destacamos sua participação na criação da Comissão Teotônio Vilela, no Núcleo de Estudos da Violência e da Comissão Arns.

Sob inspiração do *Groupe d'Information sur les Prisons* (GIP), impulsionado pelo filósofo francês Michel Foucault, a Comissão Teotônio Vilela foi criada em 1983, no contexto da intensa mobilização política, em fins da vigência da ditadura militar, pelo retorno do país ao Estado democrático de Direito, promovida por partidos políticos, grupos religiosos, sindicalistas, intelectuais, formadores de opinião, grupos religiosos.

Tinha por horizonte a denúncia de graves violações de direitos humanos no Brasil, cometidas por agentes investidos de prerrogativas públicas no controle da ordem legal, sobretudo registradas em prisões e instituições de reclusão e internamento. A Comissão inaugurou, por assim dizer, um estilo de ação política com capacidade para mobilizar a sociedade civil organizada e para fazer pressões sobre órgãos do Estado visando investigação e responsabilização desses agentes. A Comissão funcionou por 33 anos, encerrando suas atividades em 2016.

O Núcleo de Estudos da Violência foi criado na USP em 1991, em parceria com um dos subscritores deste Parecer. Nasceu de uma proposta de pesquisa em torno dos paradoxos entre transição e consolidação democráticas e a persistência de graves violações de Direitos Humanos a partir de um vértice determinado: os nexos entre dinâmica social, cultura política e Estado. Buscou-se justamente compreender os elos que articulam a dinâmica da violência e do crime no interior da sociedade brasileira, as resistências à cultura dos direitos humanos e as formas, em geral violentas, desencadeadas pelo Estado na contenção da ordem pública e na aplicação de lei e ordem. Tendo como fonte de inspiração duas outras instituições - *Human Rights Watch* e o *Center for the Study of Human Rights*, da Universidade de Columbia, o NEV-USP desde sua criação preocupou-se em articular a investigação acadêmico-científica com a intervenção competente no debate público e na formulação de políticas públicas de segurança e justiça compatíveis com princípios fundamentais de direitos humanos e de funcionamento de regimes democráticos. Paulo Sérgio Pinheiro teve papel decisivo na definição das marcas intelectuais e de participação de seus pesquisadores, desde a iniciação científica até o pós-doutorado, tanto sob perspectiva nacional quanto internacional. O reconhecimento institucional, o apoio da universidade pública e das agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos, fizeram do NEV-USP uma referência em seu campo de atuação, razão do apoio que recebeu da Fundação Ford, da Fundação Rockefeller, do *Canadian International Development Agency* (CIDA), do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, da FAPESP, do CNPq, da CAPES, da ONU (OMS-PAHO, PNUD), da União Europeia, e dos Ministérios da Saúde e da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Presentemente o NEV é sede de um Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão da FAPESP para o Estudo da Violência (NEV-CEPID/USP).

No final de 2018, após a vitória eleitoral do atual presidente da República, Paulo Sérgio Pinheiro e um grupo de intelectuais e ativistas por Direitos Humanos - amigos

solidários desde, pelo menos, as causas da Comissão Teotônio Vilela, do NEV, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e da Comissão da Verdade – resolveram compartilhar suas aflições políticas. Afinal, fora eleito quem já deixara claro a que vinha: defensor da ditadura militar, da tortura e dos torturadores anunciou que pretendia “destruir” muita coisa, a começar pelos direitos humanos. Assim, sob a liderança de Paulo Sergio, foi criada a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns - Comissão Arns em fevereiro de 2019 em São Paulo, para justamente defender o Estado Democrático de Direito e as conquistas da Constituição de 1988.

A CA tem como objetivo dar visibilidade a graves violações da integridade física, da liberdade e dos direitos políticos e sociais de indivíduos ou grupos, prestando assistência e acolhimento institucional, dando suporte a denúncias públicas e fazendo os encaminhamentos a órgãos nacionais e internacionais. Em consequência, cabe à CA encaminhar cobrança de providências junto a autoridades e poderes federais, estaduais e municipais.

Assim como para várias entidades e movimentos da sociedade civil, a partir de 2020 a pandemia definiu como prioridade para a CA a urgência do direito à vida, à saúde, à vacina – e tornou-se uma presença pública importante no país e com credibilidade no exterior, sendo bem recebida em instituições como ONU, OEA e CIDH. Graças à atuação de PSP como observador da ONU, os contatos foram facilitados para o encaminhamento de denúncias e de “apelo urgente”, assim como de participação em encontros internacionais de DH.

Como método de trabalho a CA valoriza a atuação em rede (organizações nacionais não-governamentais, associações profissionais, órgãos do Judiciário, lideranças políticas) dando prioridade à defesa dos grupos mais vulneráveis: povos indígenas e quilombolas; povos tradicionais, como ribeirinhos e caiçaras; comunidades urbanas pobres e periféricas abandonadas pelo poder público; população em situação de rua; povo negro, sobretudo jovens e mulheres negras vítimas de todas as formas de racismo e também as principais vítimas da violência policial e das “balas perdidas”. É digno de nota a constante presença de Paulo Sergio como articulista e entrevistado em vários jornais e canais de tv.

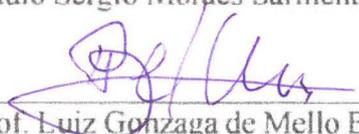
Em diversos momentos ao longo desses três anos e meio a CA atuou em conjunto com entidades nacionais como CNBB, SBPC, ABI, ABC, Conectas, APIB, Comissão Justiça e Paz e Instituto Vladimir Herzog.

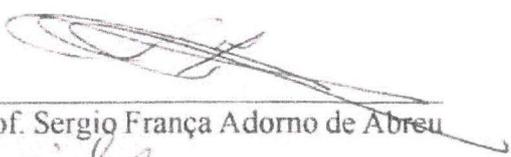
Cabe salientar a recente (maio de 2022) realização de sessão do Tribunal Permanente dos Povos, no salão nobre da Faculdade de Direito da USP, para julgamento do governo brasileiro em relação à pandemia – por ação e omissão. Paulo Sérgio Pinheiro presidiu os dois dias de atividades, que contou com ampla repercussão na mídia. Foi o primeiro presidente da CA e é nosso “embaixador” no mundo.

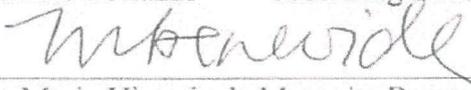
A vocação de Paulo Sérgio Pinheiro para a internacionalização da agenda de pesquisa e de militância política no campo dos direitos humanos é, assim, incontestável. Não sem razões, ele veio desenvolvendo destacada projeção nas arenas internacionais, em especial no contexto quer da Organização dos Estados Americanos quer da Organização das Nações Unidas. É extensa a lista de ações realizadas, das quais colocamos em destaque sua presença e participação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), como Relator para Assuntos de Infância e Adolescência (2003-2011), como Coordenador do Relatório sobre Violência contra a Criança no Mundo (ONU, 2006), além de relator especial para os casos de graves violações de direitos humanos ocorridas no Burundi (ONU, 1995-98), no Myanmar (2000-2008), no Togo (2000), no Timor Leste (2005). Coordena, desde setembro de 2011, no domínio da Comissão de Direitos Humanos da ONU, a Comissão Nacional independente para investigação da guerra na Síria.

Finalmente, não menos importante foi sua passagem na esfera governamental, na qualidade de Secretário Nacional dos Direitos Humanos (2001-02), em que teve a oportunidade de colocar em prática parte das responsabilidades do Estado na promoção dos direitos humanos, mediante uma série de iniciativas. Documentadas em relatórios do governo Fernando Henrique Cardoso. Em especial, antes de assumir o cargo com status de Ministro. Paulo Sérgio Pinheiro coordenou extensa pesquisa, no NEV-USP, que serviu de fundamento para as edições dos I e II Programas Nacionais de Direitos Humanos (1995-96 e 2001-02).

Por todas essas razões, nosso parecer é inteiramente favorável ao reconhecimento pela UNICAMP do título de DOUTOR HONORIS CAUSA a ser concedido ao Professor Doutor Paulo Sérgio Moraes Sarmiento Pinheiro.


Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo


Prof. Sergio França Adorno de Abreu


Profa. Maria Victoria de Mesquita Benevides